

REQUERIMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO BENEFÍCIO DE MATERNIDADE

1 IDENTIFICAÇÃO DA BENEFICIÁRIA

Número de Beneficiária

Nome Completo

Telefone Telemóvel

E-Mail

Número de Identificação Fiscal

Morada

Código Postal - Localidade

2 MATERNIDADE

A maternidade ou adoção teve lugar em - - , conforme certidão de nascimento ou certidão da sentença de trânsito em julgado da adoção que junta.

3 IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

Banco

IBAN

SWIFT BIC:

Declaro que a conta indicada no documento em anexo é (assinale a opção correta):

☐ da própria ☐ de terceiros⁽¹⁾

⁽¹⁾ (Assinatura(s) do(a)(s) Titular(es) da conta bancária conforme documento de identificação válido)

4 CERTIFICAÇÃO

Declaro ter conhecimento das condições em que me é atribuído o benefício requerido, que me encontro inscrita na CPAS como Beneficiária Ordinária, com pagamento de contribuições há dois ou mais anos e que não apresento dívida de contribuições.

Tenho conhecimento de que deverei proceder a eventuais atualizações dos dados pessoais ora fornecidos através da área reservada do Portal do Beneficiário em www.cpas.org.pt ou através do e-mail cpas@cpas.org.pt.

As informações prestadas correspondem à verdade e não omitem qualquer informação relevante.

☐ Cartão de Cidadão ☐ Passaporte ☐ Outro

Número Validade - -

- - (Assinatura da Requerente ou de seu Representante Legal, conforme documento de identificação válido)

5 DOCUMENTOS A ANEXAR

- ✓ Certidão de nascimento ou certidão da certidão da sentença de trânsito em julgado da adoção.
- ✓ Comprovativo do IBAN e código BIC SWIFT, com identificação do(a)(s) titular(es) da conta
- ✓ Fotocópia do documento de identificação ou exibição do mesmo nos serviços da CPAS do(a)(s) titular(es) da conta (quando não seja o requerente)

6 TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A CPAS - CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES, na qualidade de responsável pelo tratamento de dados pessoais, declara para os devidos efeitos legais e nos termos do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento e do Conselho, de 27 de Abril de 2016) e da Lei de Execução Nacional, Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto, que os dados pessoais recolhidos no presente documento serão tratados com absoluta confidencialidade e em exclusivo para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento.

O acesso aos dados pessoais encontra-se estritamente limitado às pessoas autorizadas pela CPAS, sujeitas a obrigação de confidencialidade, podendo os mesmos ser partilhados com subcontratantes ou terceiros, no âmbito e para efeito da finalidade para a qual foram recolhidos.

Os dados pessoais serão conservados de acordo com a legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais e uma vez finda a relação com a CPAS, os dados fornecidos serão eliminados de acordo com os prazos legais definidos para o efeito.

O Titular dos Dados tem direito a solicitar informação sobre os dados conservados relativos à sua pessoa e, de acordo com a legislação aplicável sobre protecção de dados pessoais, receber uma cópia dos seus dados pessoais ("portabilidade de dados"), o direito de ter os seus dados pessoais retificados ou apagados, ou o respetivo tratamento restringido. Além disso, tem o direito de apresentar queixa junto da autoridade de controlo competente se considerar que o tratamento dos seus dados pessoais viola a legislação aplicável sobre protecção de dados pessoais.

Para quaisquer questões relativas à protecção de dados pessoais ou para o exercício dos direitos atrás mencionados, deverá ser contactada a CPAS através do e-mail cpas@cpas.org.pt.

Ano Mês Dia (Assinatura da Requerente ou de seu Representante Legal, conforme documento de identificação válido)

Ano Mês Dia (Assinatura(s) do(a)(s) Titular(es) da conta bancária conforme documento de identificação válido)